

LEGISLAÇÃO RELEVANTE

–SUMÁRIO MENSAL–

NOVEMBRO DE 2022

Carta Circular n.º CC/2022/00000026 BdP

4 DE NOVEMBRO DE 2022

Prestadores de Serviços de Pagamentos

Identifica acções a serem desenvolvidas para assegurar a contínua conformidade das interfaces dedicadas para comunicação com terceiros prestadores de serviços de pagamento. Disponível [aqui](#)

Consulta Pública BdP n.º 9/2022

10 DE NOVEMBRO DE 2022

Serviços Pagamentos – Exclusão Sistemas Fechados

Projecto de aviso, e respectiva nota justificativa, sobre as modalidades de aplicação das exclusões previstas no artigo 5.º, n.º 1, alínea k), subalíneas i) e ii) do Regime Jurídico dos Serviços de Pagamento e da Moeda Electrónica (RJSPME) e o respectivo procedimento de comunicação previsto no artigo 6.º, n.º 1 e n.º 5 do mesmo regime. Consulta pública decorre até 26 de Dezembro de 2022. Disponível [aqui](#)

Consulta Pública da EBA

15 DE NOVEMBRO DE 2022

Resolução Bancária

Projecto de orientações dirigido às instituições e às autoridades de resolução sobre os testes de resolução bancária. Disponível [aqui](#).

Aviso BdP n.º 2/2022

16 DE NOVEMBRO DE 2022

Rácio Cobertura Liquidez | NSFR

Altera o Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2017, que regulamenta o exercício de um conjunto de opções disponíveis no quadro prudencial estabelecido pelo Regulamento (UE) n.º 575/2013, de 26-06 (CRR) e pelo Regulamento Delegado (UE) 2015/61. Disponível [aqui](#).

Orientações EBA

22 DE NOVEMBRO DE 2022

PBCFT | Onboarding à Distância

Orientações da EBA referentes às operativas de onboarding de clientes à distância. Disponível [aqui](#).

Decreto-Lei n.º 80-A/2022

25 DE NOVEMBRO DE 2022

Regime Extraordinário – Incremento dos indexantes de referência

Estabelece medidas destinadas a mitigar os efeitos do incremento dos indexantes de referência de contratos de crédito para aquisição ou construção de habitação própria permanente.

Não contém disposições referentes a contratos regulados pelo regime jurídico de crédito ao consumo.

Disponível [aqui](#).

Orçamento de Estado 2023

25 DE NOVEMBRO DE 2022

Proposta de Lei n.º 38/XV/1

Proposta de Orçamento de Estado para 2023 objecto de aprovação em sede de votação final global no dia 25 de Novembro. No Orçamento de Estado para 2023 não se prevê o prolongamento do adicional ao Imposto do Selo (IS) no Crédito ao Consumo.

Aguarda promulgação e publicação.

Documentação e tramitação do processo orçamental disponíveis [aqui](#).

A presente informação destina-se a ser distribuída pelos associados da ASFAC e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não devendo servir de apoio a uma decisão sem acompanhamento profissional qualificado.

Para informação adicional, contacte:

João Espanha, Partner
joao.espanha@espanhaassociados.pt

Leonor Futscher de Deus, Senior Associate Lawyer
Leonor.deus@espanhaassociados.pt

Filipe Ravara, Associate Lawyer
Filipe.ravara@espanhaassociados.pt

Tel: + (351) 21 353 8705
www.espanhaassociados.pt